

ONGs

Comissão decide investigar organizações não-governamentais que receberam pelo menos R\$ 200 mil em recursos federais. Apuração se concentrará no período de 1999 a 2006

# Senado define alvos de CPI

ALESSANDRA MELLO

As organizações não-governamentais (ONGs) que receberam recursos da União superiores a R\$ 200 mil serão o principal alvo da comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada no Senado para apurar irregularidades na aplicação de verbas públicas. De acordo com cálculos da assessoria da CPI, atualmente existem no país cerca de 276 mil ONGs, das quais 7.800 mil recebem recursos federais. A comissão foi criada com o objetivo de apurar a liberação de recursos dos cofres da União para essas entidades e para organizações das sociedade civil de interesse público (Oscips), no período de 1999 a 2006. Entre as investigadas estão entidades de três estados e do Distrito Federal denunciadas pelo Estado de Minas por suspeitas de fraudes na execução do Programa Brasil Alfabetizado.

Durante esses anos, segundo a CPI, o governo federal liberou R\$ 32 bilhões para o setor. Segundo balanço da CPI, 250 entidades teriam recebido somas superiores a R\$ 200 mil em 12 meses, das quais 50 receberam acima de R\$ 2 milhões. Ontem, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator da CPI, divulgou o plano de trabalho da

comissão, que terá seis meses para concluir as apurações.

Segundo ele, serão feitas avaliações dos procedimentos de destinação e fiscalização da aplicação dos recursos repassados e discussões para aprimorar o marco legal que regula a relação das ONGs com o Estado. Entre os temas privilegiados pela comissão estarão ainda renúncia fiscal derivada da destinação de recursos privados para entidades sem fins lucrativos, além do exame quanto a recebimento de recursos do exterior. Ficou definido também que serão solicitadas informações auxiliares a órgãos de fiscalização e aos ministérios responsáveis pelos repasses.

Atendendo a pedido do senador Heráclito Fortes (DEM-PI), autor do requerimento de criação da CPI, o colegiado também poderá apurar os recursos repassados a ONGs pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e pelos fundos de pensão. "O leque (de investigação) é muito amplo. Não há denúncia específica sobre nenhuma ONG. São 7 mil organizações que recebem recursos federais e isso não está certo, não é bom. É uma dispersão total de recursos", avaliou o relator da CPI.

Amanhã, a partir das 9h, a CPI reúne-se para debater com autoridades governamentais e



JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA SENADO

Integrantes da comissão se reúnem para estabelecer critérios das investigações sobre entidades sem fins lucrativos que recebem verbas públicas

especialistas da sociedade civil as relações do Estado com as ONGs, com cinco especialistas, entre eles um representante da

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong). Técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU) e do

Tribunal de Contas da União (TCU) também serão convocados para dar apoio na fase de investigação. Ficou acertado ain-

da que a CPI das ONGs, composta de 11 senadores titulares e sete suplentes, se reunirá duas vezes na semana. (Com agências)

MARCELO SANT'ANNA/EM - 30/4/07



Entidades beneficiadas por recursos municipais são investigadas pelo MP

## Fiscalização surpresa em Betim

O Ministério Público fez ontem uma fiscalização surpresa em 70 organizações não-governamentais (ONGs) de Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, investigadas pelo Grupo Especial das Promotorias de Defesa do Patrimônio Público por suspeita de aplicação irregular de recursos repassados pelos cofres municipais. As diligências começaram ontem pela manhã e se estenderam durante todo o dia.

O objetivo é verificar se as entidades existem de fato e se têm condições adequadas para desenvolver os convênios firmados com a prefeitura. Os dados serão anexados aos in-

quéritos instalados pelo MP para investigar cada uma das entidades que receberam recursos no período de 2004 a 2006, durante a gestão do atual prefeito Carlaile Pedrosa (PV). Além do MP, as Ongs de Betim também são investigadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Tribunal de Contas da União (TCU), já que parte dos recursos recebidos pelas entidades e repassados pela prefeitura saíram dos cofres da União.

As inspeções de ontem foram feitas por funcionários do Ministério Público. Os promotores que investigam o caso não quiseram dar detalhes so-

bre a operação. A assessoria de comunicação do MP informou apenas que o resultado das diligências serão anexados aos inquéritos já instaurados.

A força-tarefa que investiga as ONGs de Betim foi criada a partir de re-ports exclusivos do Estado de Minas, que revelaram o repasse de R\$ 113,8 milhões dos cofres municipais, de 2004 até março deste ano a essas entidades. A maioria dos recursos foi parar nas mãos de ONGs comandadas por aliados do prefeito e integrantes do primeiro escalão da administração municipal. Os levantamentos dos recursos repassados para as ONGs foram feitos

a partir de convênios publicados pelo município no Diário Oficial do estado.

Até março de 2007, os convênios firmados com as ONGs atingiram a cifra de R\$ 25 milhões, quase o mesmo valor do orçamento anual da Secretaria Municipal de Assistência Social, de R\$ 28 milhões. A Secretaria de Comunicação de Betim garante que não existe nenhuma irregularidade e que todos os convênios realizados entre prefeitura e as ONGs obedecem a critérios rígidos de fiscalização e legalidade e que todas as organizações são obrigadas a prestar contas do trabalho que executam. (AM)

## MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO  
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS MICHELETTI

## A agenda de hoje e a de amanhã

Nesta aproximação de fim de ano, parece claro que o governo Lula venceu um teste importante, que nem todos achavam que conseguiria. Depois de um primeiro mandato marcado por sucessivas crises políticas, ele avança no segundo em calma, em plena normalidade.

Não que 2007 tenha sido, até o momento, um ano em que nada aconteceu em Brasília. Ao contrário, a Praça dos Três Poderes passou por grandes emoções. Só que quase todas fora do Planalto.

Seja no Congresso, seja no Supremo, vivemos episódios que revelam a fragilidade de nossas instituições e a inadequação dos comportamentos políticos mais comuns. A indiferença da maioria do Senado em relação aos sentimentos nacionais, somada com o voluntarismo e o estrelismo de muitos ministros da "mais alta corte",

contribuíram para deixar mais confuso e menos transparente o quadro, em nada ajudando a educação cívica de nosso povo.

A longa crise de Renan Calheiros chega ao final da maneira exata que se previa desde quando começou, com o ocaso do protagonista. Se era isso que todos sabíamos que ia acontecer, por que fomos expostos a cada manobra, cada subterfúgio para evitá-lo, por que tivemos que assistir ao jogo de personagens tão mediocres? Foi uma dessas situações em que ninguém ganhou e perdemos todos. Algo que apenas faz com que se aprofunde a distância e a desconfiança da população para com o sistema político não é vitória de quem quer que seja.

Em um contexto como esse, o Executivo se destacou pelo inverso. Depois dos problemas aéreos, a pauta do gov-

erno foi se tornando mais cotidiana, menos marcada por surpresas e improvisações. Comparando seu desempenho nestes últimos meses com o que foi entre 2002 e 2006, pode-se dizer que amadureceu, que está conseguindo responder bem ao desafio de ser apenas normal.

Para isso, duas coisas foram decisivas, sendo a primeira e mais importante uma mudança no modo como o próprio Lula assumiu a frente de seu governo. Em retrospecto, parece que o mensalão acabou tendo efeito altamente benéfico para ele. Ao ceifar quase todas as cabeças do PT, deixou Lula sozinho, líder incontestado e sem ninguém para com ele disputar a primazia do governo e do bloco político que em torno dele gravita.

Quem supunha que ele só funcionaria em uma espécie de parlamentarismo de fato,

com alguém fazendo as vezes de primeiro-ministro, se enganou. Lula, neste segundo mandato, está sendo o presidente da República mais presidencialista desde a redemocratização. Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique, cada um por suas razões, ficaram, muitas vezes, mais perto de ser chefes de Estado que chefes de governo, pois tiveram seus super-ministros e seus constrangimentos para exercer mais plenamente a autoridade presidencial.

Respondendo às dúvidas de quem achava (e ainda acha) que, pela sua trajetória de vida, ele não teria as habilidades necessárias ao exercício competente do cargo, Lula está passando pelo teste. E sua popularidade atual mostra que a maioria das pessoas tem essa opinião.

A outra razão, que muito tem a ver com a anterior, é a composição deste segundo

governo. De novo contrariando previsões de que o atual ministério seria decepcionante, o que vemos é que ele está funcionando adequadamente, sem trombadas e sem disputas por holofotes. A coordenação parece que foi azeitada e muitos profissionais passaram a ocupar postos que foram de estrelas coroadas no primeiro governo, com resultados aquém do esperado.

Por tudo isso é que mais se deve cobrar do governo Lula, vencida a etapa do recomeço. É hora de ir em frente, de impulsionar uma agenda mais ousada de mudanças para o país. São reformas que alguém terá que fazer um dia, para que possamos nos desamarrar dos equívocos do passado.

Pode ser que alguém venha a ter as mesmas condições que Lula tem hoje para levá-las adiante. Mais que ele, é pouco provável.

“

Algo que apenas faz com que se aprofunde a distância e a desconfiança da população para com o sistema político não é vitória de quem quer que seja